

# Sarney vai governar daqui a pouquinho

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O primeiro governo da Nova República completou três anos, ontem. Ainda que José Sarney estivesse no poder desde 15 de março, foi em 21 de abril de 1985, com a morte de Tancredo Neves, que assumiu em definitivo a Presidência da República. Na manhã daquele dia, quando o desenlace do presidente eleito tornara-se mera questão de tempo, o então vice-presidente repetiu para o repórter desabafo referido dias antes: "O País não se acabará em minhas mãos".

Acabar, não acabou. Terá ficado pior?

O choque e a depressão coletiva verificados com o desaparecimento de Tancredo foram apenas o começo. Decidindo-se a governar com o Ministério já escolhido, Sarney teve dificuldades em conquistar espaços próprios, o que só acabaria acontecendo fugidamente um ano depois, quando lançou o Plano Cruzado. Até então, obrigou-se a ceder a imposições descabidas do PMDB e, praticamente, a repartir o Executivo em condomínio com o deputado Ulysses Guimarães e com os ministros designados por Tancredo. A súbita reforma econômica destinada a estabelecer a inflação zero enganou todo mundo, a começar pelo novo presidente. Uma euforia artificial gerada pelo congelamento sem prazo dos preços e dos salários logo despertou o ágio desenfreado. A economia, de um crescimento anormal, estagnou. Mudanças e retificações foram sendo proteladas, chegou-se ao ridículo do confisco de bois, ao tempo em que as reservas do Brasil evaporavam, utilizadas para importações de toda ordem. Componentes políticos levavam o governo a fechar os olhos para a crise com data marcada: as eleições parlamentares e para os governos estaduais, em novembro de 1986. A vitória do PMDB foi estrondosa e, depois, dividiram-se as culpas. O Palácio do Planalto acusava o partido por ter exigido que as coisas ficassem como estavam; o PMDB voltou a criticar Sarney por tê-las deixado chegar onde chegaram.

Sucessivas medidas de arrocho deram em nada e o ministro Dilson Funaro acabou catapultado, como fora, antes, seu antecessor, Francisco Dornelles. A esperança em Bresser Perreira esvaiu-se rápido, apesar de outro congelamento. A inflação continuou crescendo e o terceiro ministro da Fazenda também recebeu bilhete azul, segundo o mesmo modelo de sempre. Foi cozinhado em fogo lento pelo presidente, até perceber que estava sobrando.

Enquanto isso, o governo buscou e ainda busca recursos onde todos os governos têm encontrado há muito: no empresariado, isto é, nos negócios, por conta de olímpicos entraves burocráticos à atividade econômica e, em paralelo, no bolso do assalariado. Nunca o Imposto de Renda fez o que fez, de uns meses para cá, num verdadeiro assalto ao cidadão que vive de salários. Basta dizer que as parcelas retidas na fonte deixaram de ser reajustadas, enquanto as que o contribuinte tem a pagar sofreram correções mensais.

O estado de espírito nacional pode estar bem próximo do fundo do buraco, em termos de dia-a-dia. Ainda hoje não há solução à vista, apesar das promessas e das intenções do governo, que, "agora iniciará para valer o processo de recuperação econômica".

Seria injusto não reconhecer o reverso da medalha. Depois de 21 anos de autoritarismo, repressão, falta de garantias individuais, censura e imposições de generais-presidentes, o País respira um clima de liberdade. O comportamento político do presidente tem sido, nesse aspecto, exemplar. Seu espírito

de tolerância e sua capacidade de compor evitaram óbvios conflitos e confrontos, no que tem contado com a inegável colaboração das Forças Armadas. Nem o mais radical ou extremado integrante das esquerdas ousará criticá-lo por arbitrário.

Nesta semana, em conversas informais com diversos interlocutores, Sarney voltou à velha fórmula, por duas vezes malograda: "começará a governar agora" ou daqui a pouquinho, quando a Assembléia Nacional Constituinte consagrar em definitivo os cinco anos de seu mandato. Até então, vivia sob a ameaça de represálias políticas de deputados e senadores, capazes de reduzir seu período administrativo caso adotasse medidas que contrariassem interesses. Dentro de duas semanas, no máximo três, a Assembléia Nacional Constituinte votará as disposições transitórias, confirmando o período de cinco anos para ele.

Eis outra singularidade do complicado primeiro governo da Nova República: precisar conviver com uma Assembléia Nacional Constituinte. Verifica-se agora, no Palácio do Planalto, ter sido um erro a convocação constituinte a prazo futuro e num período em que, por conta da transição negociada, as instituições continuaram funcionando normalmente. Executivo, Judiciário e até Legislativo não estavam desconstituídos, exauridos ou esgotados, mas precisaram, em especial no início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, enfrentar tendência adversa. Deputados e senadores imaginaram concentrar todo o poder e soberania, havendo até quem quisesse subordinar as Forças Armadas à Mesa Constituinte. Deu coluna do meio na briga, já que o mandato do presidente Sarney ficou à mercê da decisão parlamentar. Pairando sobre tudo, essa ameaça levou o governo a contemporarizar, muitas vezes a tergiversar e a perder tempo.

Assim, o País não acabou. Ficou pior, num aspecto, mas melhor, em outro. Mal ou bem, está para ser promulgada uma Nova Constituição. Muitos de seus artigos são ilusórios, perigosos e fantasiosos, mas pelo menos as instituições estão sendo passadas a limpo e expurgadas do lixo deixado pelo período ditatorial. Nesse particular, a razão está com o falecido presidente Tancredo Neves, para quem o difícil não tinha sido matar o dragão do autoritarismo. Seria removê-lo a carcaça.

O presidente José Sarney imagina dispor de tempo para atacar de rijo os males endêmicos da economia, mesmo correndo o risco de tornar-se mais impopular do que já é. Não visualiza sua ação apenas pela necessidade de reduzir a inflação, pois falta sempre na importância de reaquecer a economia, aumentar os níveis de crescimento e desenvolvimento e atuar, quando possível, no plano social. Fica difícil preannunciar sucesso ou fracasso. Ele estava disposto a fazer um pronunciamento nacional por rádio e televisão, na noite de ontem. Chegou a redigir um texto-base e a deixar a parafernália eletrônica de sobreaviso. Desistiu, aconselhado por alguns ministros — os mesmos que atuaram na singular batalha constituinte pelos cinco anos. Resolveu aguardar pelo menos a votação das disposições transitórias da nova Carta. Talvez demore um pouco mais, esperando a promulgação. Com isso, terá perdido mais tempo. E adiado, para as comemorações do quarto aniversário de seu governo, resposta para a pergunta ainda impossível de ser respondida: o País, como um todo, terá ficado melhor ou pior, desde a implantação da Nova República?

C.C.